

Leonor Lopes Fávero (São Paulo)

A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil

1. O ensino pós-jesuítico – primeiros momentos

Com a expulsão dos jesuítas, o ensino elementar no Brasil sofreu uma transformação que não ocorreu, porém, da mesma forma e ao mesmo tempo em todas as Capitanias.

Quando de sua expulsão, por motivos pouco relacionados ao ensino por eles ministrado no Brasil, os jesuítas possuíam, segundo Azevedo (1944: 312) vinte e cinco residências, trinta e seis missões, dezesete colégios, além de seminários e escolas de ler e escrever e, no dizer de João Lúcio de Azevedo (1922: 121):

[...] a obra que haviam empreendido tinha caráter temporal e, nessa qualidade somente com meios materiais se poderia realizar. A sociedade religiosa era, pois, também mercantil.

Para nós a expulsão muito significou, pois acabou-se de um golpe com um sistema que existira por quase dois séculos (Viana 1975: 311).

Coube ao Norte e Nordeste a elaboração dos primeiros textos de orientação para o ensino elementar. Assim é que em 1758 é confirmado por D. José o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, redigido pelo governador do Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, pelo qual se extinguiu o poder temporal dos jesuítas e se impunha a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, proibindo como «base fundamental da Civilidade» o uso da língua dos índios:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável, que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas no Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar,

permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertenceram às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, outra chamada Geral; mas unicamente da Portuguesa na forma que sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (Silva 1830: 189).

O documento, aprovado pelo Rei em 17 de agosto de 1758, objetivava normatizar o ensino da língua portuguesa, proibindo o uso das línguas indígenas e das línguas gerais — *não consentindo por modo algum, que Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria de suas nações, outra chamada geral* — e obrigando o uso e o aprendizado da *Língua do Príncipe*, tal como se lê na *Gramática Castelhana* de Nebrija — *a língua sempre foi companheira do Império* — ocasionando o desaparecimento, ao longo do tempo das línguas indígenas e das línguas gerais, *invenção verdadeiramente abominável*.

Os encarregados de aplicar a lei enfrentaram inúmeras dificuldades para sua implantação e execução — «o Diretório não vicejou em parte nenhuma, por falta de gente capaz» (Carneiro da Cunha 1963, vol. 2: 43), — porém, apesar delas, só foi abolido em 1798, já no reinado de D. Maria I.

As dificuldades da parte dos índios, reduziam-se

[...] às escassas posses financeiras, que os impediam de pagar facilmente a 'pataca ao Vigário, dos direitos paroquiais (com as vilas criavam-se as paróquias), e a contribuírem com o limitado estipêndio dos mestres da escola não obstante ensinarem-se gratuitamente os rapazes e raparigas miseráveis e desamparadas'. Quer isto dizer que os demais teriam de pagar o ensino — cada um, meio tostão por mês e meio alqueire de farinha por ano, em dinheiro ou frutos. O ensino gratuito aos órfãos e filhos de viúvas desamparadas (como se exprime noutro passo) seria concedido por meio de «cartas particulares», em que o Governador autorizaria essa exceção, que ficava sujeito ao bom aproveitamento. Acrescia a dificuldade da compra do papel, computada, nos primeiros anos, em 25 ou 30 resmas, bem como outras derivadas do condicionalismo da terra e da precariedade de meios com que se pretendia montar um sistema complexo, para terra tão pouco desenvolvida sob todos os aspectos (Andrade 1978: 11).

Não há documentos que comprovem a extensão do *Diretório* a toda a Colônia o que leva a crer que isso não tenha ocorrido, mas é certa sua aplicação, por exemplo, a Pernambuco, pois assim se expressa seu governador Luis Diogo Lobo da Silva na carta do Secretário de Estado Francisco Xavier, em 16 de novembro de 1760:

Como me constou não haver, nas aldeias que se surgiam em novas vilas, pessoas que pudessem suprir as referidas ocupações, me resolvi a mandar os soldados de que tive melhor informação para o executarem na parte dos rapazes, e na das raparigas encarregar aos Diretores o fizessem por suas mulheres, o que se acham cumprindo os casados, com grande adiantamento dos mesmos.

e conclui:

[...] me persuadi não ser contrário em coisa alguma, ao *Diretório* impresso, e só acomodado, quanto me foi possível com a natureza do País.

Segundo Carneiro de Mendonça em *A Amazônia na era pombalina* (1953), os jesuítas, em 1757, ao tomarem conhecimento da ordem de abandonarem as aldeias comprometeram-se, na pessoa de seu visitador, a abrir escolas públicas para ensinarem os meninos a ler e escrever, o que não haviam feito em 1751, quando foram avisados de que o rei queria que abrissem as referidas escolas, para que, como consequência, se adquirisse, com «maior facilidade o uso da língua portuguesa», apesar da advertência de que cairiam no desagrado real «como o mesmo Senhor foi servido declarar-me nas Instruções que me mandou dar, quando vim governar este Estado» (Carneiro de Mendonça 1953: 1034-1035). A reforma foi estruturada no Brasil a partir das ordens diretas de Lisboa, mas o ensino elementar ficou, nesse primeiro momento, submetido aos governadores; daí as determinações de Luiz Diogo Lobo da Silva para sua implantação e também sua redação da *Breve instrução para ensinar a Doutrina Cristã, ler e escrever aos meninos e ao mesmo tempo os princípios da língua portuguesa e sua ortografia* (cf. item 2 deste trabalho).

O costume de ensinar a ler e a escrever utilizando-se dos cartilhas-catecismos (cartinhas) era comum até o século XIX (Rui Barbosa no Projeto de Reforma do Ensino Primário valoriza a inclusão de ensinamentos de ordem moral, cívica e religiosa nos manuais); em 1770, o rei determinou que se ensinasse, nas escolas de ler e escrever, «por impressos ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo *Catecismo pequeno* do bispo de Montpelier, Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Évora». Assim os alunos apren-

diam não só a «soletrar», mas também os «princípios da Religião em que os mestres lhes devem instrução, com especial cuidado e preferência a qualquer outro estudo».

A primeira Cartinha de que se tem notícia é de 1504 de autoria de Diogo de Ortiz Vilhegas; Damião de Góis faz referência ao envio para o Congo de livros de doutrina cristã que eram provavelmente Cartinhas (Barros 1971: XXV) e nelas já se incluía como o faz João de Barros em 1539 uma parte de catecismo. Buescu considera não terem as Cartinhas por única função ensinar a língua portuguesa a estrangeiros, pois, como consta no Prólogo de João de Barros:

Com zelo de aprender a qual língua, quatro dos principais deste povo [Malabar] vieram este ano por, mas sem pejo dos impedimentos da pátria, cá nestes reinos a pudessem melhor praticar e por ela aprender os preceitos da lei em que esperam acabar.

Quanto à Capitania de São Paulo, caso à parte, a reforma de 1759 relegou-a ao esquecimento completo. Andrade (1978: 17) explica o fato por estar ela desde 1748, época do apogeu da mineração aurífera, sujeita à Capitania do Rio de Janeiro o que a prejudicava, considerando-se a grande distância entre as duas capitais. Só em 1768, como Capitania autônoma, São Paulo vê instaladas as escolas de ler e escrever (Carta do Governador Geral ao Conde de Oeiras), tendo o mesmo governador também remetido à aprovação ministerial em 12 de maio do mesmo ano, o *Estatuto que hão de observar os mestres das escolas dos meninos nesta Capitania de São Paulo*, que prescrevia nos parágrafos 3 e 7, aqui transcritos, não poder nenhum aluno, por ordem do governador, prosseguir seus estudos se não apresentasse o atestado de Mestre de Ler e Escrever:

3 – Que nenhum menino se possa passar ao estudo da língua latina, sem preceder a mesma licença, a qual se dará com informação do Mestre, sobre a sua capacidade, para se saber se se acham bem instruídos no ler, escrever e contar, e bons costumes, para que não suceda passarem a outros estudos maiores, sem estes primeiros e mais necessários fundamentos, da Religião Cristã e obrigações civis.

7 – Que todos os Mestres sejam obrigados a ensinar pelo livro de Andrade,¹ e a seguir em tudo aquelas regras que no princípio do dito

1 Refere-se certamente ao livro *Nova escola para aprender a ler* de Manoel de Andrade Figueiredo, provavelmente impresso, em 1720, bem anterior à reforma de Pombal.

livro se prescrevem para a boa direção das Escolas, e será bom que tenha outros livros, como a *Educação de um menino nobre* (da autoria de Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem), a *tradução das Obrigações Civas* de Cícero e, para que possam inspirar aos meninos, as boas inclinações e o verdadeiro merecimento do homem.²

Os jesuítas mantinham, na Capitania, quando de sua expulsão, um Colégio para instrução elementar e secundária (Gramática Latina, Teologia Moral e Casos), porém, só com a reforma de 1772 se viu contemplada com um mestre de ler, escrever e contar, um professor de Gramática Latina e um de Retórica, número insuficiente para as necessidades da Capitania (Leite 1943, vol. 8: 447).

2. Breve Instrução para ensinar a Doutrina Cristã, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Língua Portuguesa e sua Ortografia

Se até o século XVIII, as Cartinhas e outros manuais para a escola elementar não deixaram de entrar no Brasil, pois faziam parte da obra civilizadora de Portugal na América, Ásia e África, agora já não mais aqui chegavam, pois esse tipo de ensino não estava afeito à Diretoria Geral, explicando-se porque o Governador de Pernambuco mandou redigir a *Breve Instrução* que trazia normas metodológicas sobre como colher bons resultados «à luz da idéia básica da Revelação Cristã, tanto para o ensino quanto para a sociedade civil» (Andrade 1978: 13).

Inicia-se com a exposição sobre as letras correntes romanas, capitais romanas, vagais, acentos, sinais de pontuação, sílabas, nomes. («Estais já instruídos nas sílabas, é preciso que entreis com desvelos a ajuntá-los e a formar os nomes»).

O modelo é a Cartinha-catecismo de João de Barros, embora mais resumida, pois este separa sílabas por «ajuntamento de três letras» de «sílabas de três letras a meia das quais é líquida» e fala em ditongos (boi, pai, rei etc.) enquanto aquela não o faz, justificando não ser mais importante «dilatar os meninos nos nomes: o mais acertado é ensinar-lhes a escrever o Padre Nosso e mais orações».

2 Transcrito em Andrade (1978: 155-156).

Seguem-se as orientações aos mestres das escolas que exercem «a ocupação mais nobre e mais útil ao Estado e à Igreja», pois são eles que infundem

no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter no santo temor de Deus, da obediência ao Rei e aos Ministros respectivos, do amor e respeito aos nossos maiores do afeto necessário à Pátria e aos interesses da Monarquia.

Os interesses do Estado se sobrepunham a todos os outros e deviam guiar os primeiros passos da criança na escola, caracterizando uma intervenção do poder civil na educação:

São os mestres nas escolas que nos dão as primeiras idéias do equilíbrio que devemos guardar nas nossas ações, para que estas não sejam abomináveis ao Estado nem escandalosas à Religião cristã que professamos (Andrade 1978: 122).

A expulsão dos jesuítas não significou a secularização do ensino; o que se substituiu foi a orientação da Companhia de Jesus, mas tudo se passava de acordo com os princípios da religião católica:

E como o princípio da ciência é o temor de Deus, devem os Mestres colocar nas escolas uma imagem de um santo crucifixo em vulto ou em pintura, e obrigar os meninos quando entram na escola, que de joelhos devotamente a reverenciem, se persignem e se bençam, e ensiná-los a persignar e a benzer, fazendo-lhes certo que o sinal da Santa Cruz é a arma mais forte para destruir as tentações do inimigo comum (Andrade 1978: 123).

E continua, transcrevendo as orações mais conhecidas da Igreja: o Padre-nosso, a Ave Maria, o Credo, o ato de contrição, explicando o que é a Confissão, os mandamentos, os sacramentos e, finalmente, apresenta as orações para quando se sentam à mesa e para depois das refeições, terminando com uma exortação moral aos meninos.

Prossegue com a explicação gramatical: apresenta brevemente as nove partes do discurso (artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), mas não se detém em todas elas, estudando especificamente o nome que apresenta com seis casos, o verbo, com os modos e as conjunções, terminando a parte gramatical com o uso dos acentos e das letras maiúsculas. Mais uma vez o modelo é João de Barros, não apresentando nada de novo, justificando seu método:

Julgo o melhor e mais fácil modo de bem saber ler e escrever a nossa Língua, usar deste método nas Escolas, porque o primeiro leite familiariza-se com os indivíduos e é muito natural que se leve à tumba aquilo

que deixa o berço – razão por que em todas as Nações cultas se está hoje ensinando a ler, ainda debaixo dos preceitos mais ásperos que estes que aconselho aos Mestres (Andrade 1978: 151).

Adverte:

É moralmente impossível saber bem a ortografia ignorando os primeiros princípios da ortografia da Língua em que se escreve (Andrade 1978: 151).

Conclui afirmando que, com isso, o aluno já terá uma «leve tintura da Gramática Portuguesa».

3. O ensino da língua portuguesa no Brasil — o Alvará Régio de 1759

Sob o impacto do *Verdadeiro método de estudar* de Verney e da expulsão dos jesuítas e quebrada a resistência da Igreja, a barreira mais poderosa que se antepunha aos anseios de uma «reforma das mentalidades», abriu-se o caminho para a remoção das barreiras restantes. E o primeiro alvo foi a educação,

[...] pois esta era a base da formação das mentalidades, mais ainda, da formação dos intelectuais: os dois aspectos a serem transformados, uma vez libertos da tutela dos jesuítas (Falcon 1982: 432).

Iniciam-se as «reformas pombalinas da educação».

Ao suprimir o ensino dos jesuítas, Pombal não subestimou a luta em que se empenhara e sabia que precisava supri-los imediatamente: assim, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que extinguiu todas as escolas dirigidas pela Companhia de Jesus, estabelecia nas «Aulas e estudos das letras uma geral Reforma» (Fávero 1996: 227). O Alvará «não tem outro significado senão este: o de manter a continuidade de um trabalho pedagógico que a expulsão dos jesuítas ameaçava comprometer» (Carvalho 1978: 79).

A criação, pelo Alvará, das aulas régias de latim, grego e retórica, pelo novo método, relegando ao esquecimento o alvarista e incorporando o dos oratorianos (em 1752 é publicado o *Novo método de gramática latina* da Congregação do Oratório), foi o primeiro passo para a renovação pedagógica que vai culminar com a reforma da universidade em 1772.

A razão invocada foi a «necessidade de se conservarem a união cristã e a sociedade civil»; não se nota, ainda, a acusação de que seriam os jesuítas os causadores de todos os males e da decadência por-

tuguesa, acusação esta que só vai surgir claramente expressa na *Dedução cronológica*.

O método recomendado é, na realidade, o mesmo proposto por Verney e pela gramática dos oratorianos, mas é chamado de antigo, em consonância com a prática das «nações polidas da Europa», numa preocupação de valorizar o passado e a experiência:

[...] sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as ciências, se vê nestes Reinos extraordinariamente decaído daquele auge em que se achavam quando as aulas se confiaram aos Religiosos jesuítas (Alvará Régio, *Introdução*).

Após uma Introdução em que se recordavam fatos da oposição aos jesuítas, determinava o Alvará:

Uma reforma geral mediante a qual se restitua o Método antigo, reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade, que se pratica atualmente pelas nações polidas da Europa; conformando-me, para assim o determinar, com o parecer dos Homens que doutos, e instruídos neste governo de erudições.

No caso específico do ensino de Português a «Carta primeira» do *Verdadeiro Método* (Verney 1746) dizia:

Gramática [...] é a arte de falar e escrever corretamente. Todos aprendem sua língua no berço; mas se acaso se contentam com essa notícia, nunca falarão como homens doutos.

Assim, sua aprendizagem é fundamental para o aperfeiçoamento da língua:

Os primeiros mestres das línguas vivas comumente são mulheres ou gentes de pouca literatura, de que vem que se aprende a própria língua com muito erro e palavra imprópria, e, pela maior parte, palavras plebéias. É necessário emendar com o estudo os erros daquela primeira doutrina.

Desse modo, a gramática é útil e conduz o usuário a bem falar e escrever; o que não se deve fazer é iniciar seu estudo partindo da gramática latina:

E, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a gramática da própria língua. A razão por que nos parece tão dificultoso o estudo da Gramática Latina (além de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos persuadimos que toda aquela máquina de regras é particular da língua latina, e não há quem nos advirta quais são as formas particulares dessa língua, a que chamam Idiotismos, quais as comuns com as outras. Se a um rapaz que começa explicassem e mostrassem, na sua própria língua, que há Verbo, Caso, Advérbio, etc., e que há formas particulares de falar; se, em tantas regras, mas com mui simples explicações, fizessem com que os principiantes refletissem que, sem advertirem, e isto

sem gênero algum de preceitos, mas pelo ouvirem e exercitarem; seguro a V. P. que abririam os olhos por uma vez, e entenderiam as coisas bem, e se facilitaria a percepção das línguas todas (Verney 1746: 33-34).

As principais medidas do Alvará Régio foram:

- criação do cargo de Diretor Geral dos estudos, ao qual ficavam subordinados os professores;
- determinação de que todos os professores prestassem exames para serem aceitos;
- obrigatoriedade, quer para o ensino público, quer para o particular, de licença do Diretor Geral de Estudos;
- proibição do uso do livro de Manuel Álvares ou de seus comentadores e da Prosódia de Bento Pereira «pelo perigo que se há de imprimir logo nos primeiros anos a multidão de palavras bárbaras de que está cheio» (§ XII);
- estabelecimento, para os professores, dos Privilégios de Nobres, incorporados ao direito comum, e especialmente no Código, Título: *De professoribus et medicis* (Fávero 1996).

No Brasil, a implantação da reforma encontrou diversos obstáculos (havidos também na Metrópole), principalmente porque Portugal não soube conciliar suas decisões com os meios de as pôr em prática.

O *Diretório* estabelece, como já afirmei, como «base fundamental da Civilidade» a proibição do uso das línguas gerais e das línguas indígenas, impondo a língua portuguesa como idioma geral. Para seu ensino introduziram-se duas escolas em cada povoação — uma para meninos e outra para meninas, para ensinar a ler, contar e Doutrina Cristã. O contar foi substituído nas escolas femininas por fiar, fazer renda, costurar e «todos os mais mistérios próprios daquele sexo».

O Estado devia pagar os professores, mas não tinha dinheiro; estes aufeririam «ordenados suficientes, pagos pelos pais dos mesmos índios os pelas pessoas em cujo poder eles viverem» mas que se recusavam a fazê-lo já que estavam acostumados ao ensino gratuito dos jesuítas e não queriam sujeitar-se aos professores escolhidos pelo Estado que, além do mais, eram poucos, sendo necessário os da terra, pagos pelas famílias. Os livros também eram poucos, esgotavam-se logo (o mesmo ocorria em Portugal), o que obrigava a utilização dos antigos, mesmo proibidos, aos quais estavam apegados, como a Arte do Pe. Manuel Álvares e a Prosódia de Bento Pereira.

Já em 1759 realizaram-se na Bahia concursos para as cadeiras de Latim e Retórica, tendo sido aprovados dezenove candidatos; Portugal enviou professores régios para Pernambuco e depois para Bahia e Pará (alguns não se deram bem aqui e voltaram), pagos pela Coroa, gerando duas classes de mestres: a dos professores da terra, pagos pelas famílias, e a dos professores de fora, mais bem remunerados, o que se constituiu num grande foco de discórdia:

Sem ter pessoal que repusesse os antigos mestres banidos, as autoridades régias foram recrutando, de qualquer maneira, elementos de clero, frades e monges das diversas ordens religiosas (franciscanos, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercedários, capuchinhos e outros) espalhados pela Colônia e padres seculares — capelães de engenhos e de fazendas; e mais alguns letrados pobres, uns coitados esfarrapados que sabiam alguma coisa. Com essa desfalcada legião foi que o governo de Lisboa contou para substituir aqueles homens que vestiam a humilde roupeta inaciana (Carrato 1968: 148).

Além do mais

[...] é tal a impressão que deixaram os jesuítas e, todo o povo que o seu método era o melhor de todos; e tal as saudades que os naturais têm deles que por esse respeito têm todos ódio aos novos métodos que S.M. mandou estabelecer para a reforma dos estudos e deles dizem todos quanto mal se pode excogitar persuadindo a todos que pelo novo método se não pode saber latim, e assim fazem zombaria e escárnio dos ditos novos métodos e por conseguinte também dos professores que os foram ensinar dizendo destes muito mal, e levantando-lhe muitos testemunhos e pondo-os no ódio das gentes (Carta de Manuel da Silva Coelho a D. Tomaz de Almeida, 18-07-1762).

No Brasil, talvez mais do que em qualquer outro lugar, os esforços para preencher o vazio deixado pelos jesuítas foram em vão.

E que livros eram utilizados?

No ensino elementar, como já vimos, as Cartinhas-catecismos, a Breve Instrução e a obra de Andrade aqui já referida. Quanto aos estudos secundários, sabe-se que as bibliotecas dos jesuítas eram muito boas e que não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer um que o solicitasse. Os padres sempre enriqueceram suas bibliotecas não só por suas necessidades pessoais, mas porque em seus colégios e seminários ensinavam desde as primeiras letras até os cursos de Filosofia que se equiparavam a verdadeiras faculdades. Rendas que obtinham com a venda dos produtos de suas fazendas eram destinadas à compra de livros.

As bibliotecas tinham ricos acervos das várias áreas do conhecimento e segundo Leite (1943, vol. 7: 193) as obras de História e Geo-

grafia constituíam «um dos grandes setores das bibliotecas dos colégios». Com a expulsão dos religiosos e todos os seus bens arrestados, as bibliotecas sofreram um duro golpe, com seus livros confiscados e amontoados em lugares impróprios enquanto se procedia do inventário dos bens. Assim, sob Pombal foi preciso começar tudo de novo.

Para o ensino da língua portuguesa, continuavam a serem utilizadas as gramáticas de João de Barros e de Argote, esta última criticada por Verney. A partir do Alvará Régio de 1770, que torna oficial a Gramática de Antônio José dos Reis Lobato, esta obra passa a ser utilizada largamente no Brasil, chegando mesmo, com a instalação da Tipografia Régia, com D. João VI, a ter várias edições aqui feitas.

As primeiras gramáticas escritas por brasileiros são do início do século XIX e podem ser consideradas, como o fez Antenor Nascentes (1939: 23), livros portugueses, pois não tratam das diferenças que já apresenta a língua aqui falada e seguem todas a linha da gramática filosófica, continuando a tradição logicista (*une science est une langue bien faite*), com a influência de Sánchez, Port-Royal, Enciclopedistas, a teoria das elipses, o conceito de verbo-substantivo e o dogmatismo do certo e errado que ainda hoje permeiam nossas gramáticas.

Bibliografia

- Andrade, Antônio Alberto Banha de (1978): *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo: EDUSP / Saraiva.
- Argote, Jerônimo Contador de (1725): *Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina*, 2.^a impressão, Lisboa: Occidental.
- Azevedo, Fernando de (1963): *A cultura brasileira*, 4^a edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Azevedo, João Lúcio de (1922): *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Rio de Janeiro / Lisboa: Anuário de Brasil / Seara Nova / Renascença Portuguesa.
- Barros, João de (1971): *Gramática da Língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em vergonha*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Carneiro da Cunha, Pedro Otávio (1963): «A fundação de um império liberal», em: Holanda, Sérgio Buarque: *História geral da civilização Brasileira*, Época colonial, 1^a edição, vol. 2, São Paulo: Difel.
- Carneiro de Mendonça, Marcos (1953): *A Amazônia na era pombalina*, Vol. 3, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- Carrato, José Ferreira (1968): *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional / EDUSP.
- Carvalho, Laerte Ramos de (1978): *As reformas pombalinas da instrução pública*, São Paulo: EDUSP / Saraiva.
- Falçõ, Francisco José Calazaus (1982): *A época pombalina*, São Paulo: Ática.
- Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII*, Campinas: Editora da UNICAMP.
- Leite, Serafim (1943): *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Nascentes, Antenor (1939): *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, António Delgado da (1830): *Coleção de Legislação Portuguesa (1750-1820)*, Lisboa: Tipografia Maigrense.
- Verney, Luís António ([1746] 1949): *Verdadeiro Método de estudar*, Edição organizada por Salgado Jr., Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Viana, Hélio (1975): *História do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos.